



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 78/2022
Inexibilidade de Licitação n.º 17/2022

OBJETO: Contratação de show artístico do cantor PEDRO VIOLEIRO para apresentação no 2º ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ.

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Jurídico em relação à contratação de show artístico a ser realizado pelo cantor PEDRO VIOLEIRO, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

A Secretária Municipal de Turismo e Cultura solicitou a contratação de show artístico do cantor Pedro Violeiro para apresentação do 2º ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ de Porto Esperidião /MT.

Em resumo, justificou a realização do encontro com a descrição da situação econômica e geográfica do município, destacando a cultura de moda de viola e apreciação cultural da região. Salientou que a encontro de musica raiz promove o fomento de emprego temporário e a renda da população, sendo também beneficiário o setor comercial pelo aquecimento das vendas.

Observa-se que não há documentos que comprovem as justificativas relacionados aos dados e parcerias aludidas.

O objeto está descrito adequadamente, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. O Termo de Referência corrobora com a descrição do objeto.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Não sendo desarrazoado alertar que pelo cometimento de ato danoso ao erário será o gestor alcançado pelos sistemas de controle interno e externo.

O Prefeito autorizou para que fossem tomadas as providências necessárias para a abertura do procedimento licitatório.

Está anexado o Cronograma de Execução e Metas Físicas do Projeto do evento. Os recursos são oriundos da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, no valor de R\$ 465.000,00, com a contrapartida pelo município no valor de R\$ 17.081,00.

Encontram-se anexados os documentos fornecidos pela contadoria da prefeitura que atestam a existência de dotação orçamentária para o pagamento dos artistas.

A pesquisa nos sites de busca da rede mundial de computadores Internet resulta que os artistas realizaram shows públicos em diversas cidades do Brasil. Inclusive em programa de televisão aberta da TV Aparecida com abrangência de público nacional. Na rede internet encontram-se diversos trabalhos de shows e gravações do cantor, demonstrando que o mesmo é reconhecido nacionalmente pelo público.

Estão anexadas Notas Fiscais de pagamento realizados à empresa representante da dupla nos municípios de Araputanga, Pontes e Lacerda, e São José do Quatro Marcos/MT o que denota que o cantor é reconhecido pelo público regional.

A contratação está sendo feita diretamente da empresa J.O DE MELO ENTRETENIMENTO, que detém a representação exclusiva dos artistas, haja vista que é vedada a contratação por meio de intermediário.

Conforme Contrato de Exclusividade artística, a empresa J.O DE MELO ENTRETENIMENTO, detém a exclusividade na comercialização das apresentações da dupla, o que atende ao art. 25, Inciso III, da Lei de Licitações.

Para a contratação de artista é necessário respeitar no processo licitatório o princípio da impessoalidade, atendimento ao interesse público e tratamento igualitário, previstos no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Porém, é possível a contratação de personalidades do setor artístico sem obrigatoriedade de licitação, desde que preenchidos os requisitos legais e constitucionais, e respeitada a necessidade de formalização do respectivo processo para a aferição das exigências.

No presente caso, está anexada a comprovação de que se trata de artistas consagrados regionalmente, uma vez que é notório o seu reconhecimento público. Tendo, inclusive, realizado apresentações em eventos em cidades do estado de Mato Grosso e show em tv aberta de repercussão nacional.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A possibilidade de contratação da dupla é prevista no artigo 25 da Lei 8.666/1993, que autoriza a Administração Pública a fazer a contratação direta de artistas consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Desta forma, no presente caso, está evidenciada a existência de situação de inexigibilidade de licitação de que trata o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, verbis:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Estando o processo devidamente instruído com os documentos necessários à análise, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior, para que reanalise o objeto e decida pela contratação.

S. M. J.

Porto Esperidião, 27 de outubro de 2022.

José de Barros Neto
Portaria 58/2012